



ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA PRÁTICA: AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR ALUNOS DE PERIFERIA – UMA REALIDADE OCULTA.

MARGALHO, Paulo ¹

RESUMO: Este relato analisa os desafios enfrentados por alunos de cursos técnicos profissionalizantes em bairros periféricos de Belém, com foco na Ilha de Caratateua. A pesquisa qualitativa, realizada entre agosto e dezembro de 2022 com vinte estudantes de quatro instituições, revela dificuldades estruturais como ensino básico precário, transporte público ineficiente, altos custos e falta de apoio institucional. A fundamentação teórica baseia-se em Piaget e Paulo Freire, destacando a importância da construção ativa do conhecimento e da valorização dos saberes dos alunos em contextos de exclusão social.

Os resultados indicam a necessidade urgente de reformular o currículo do ensino técnico, especialmente para estudantes da EJA e EJAI. A inclusão de conteúdos básicos — letramento, matemática funcional, cidadania e cultura digital — é proposta como estratégia de inclusão e aprendizagem significativa. Essa abordagem visa não apenas preparar para o mercado de trabalho, mas também promover o desenvolvimento integral dos alunos como sujeitos históricos e sociais. O estudo reforça a importância de políticas educacionais voltadas para a equidade, que reconheçam a diversidade dos perfis estudantis e promovam uma educação transformadora, comprometida com a justiça social e a dignidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino profissionalizante; Educação de jovens e adultos; Desigualdade social; Políticas públicas; Formação técnica.

¹ Graduando em Licenciatura, IFRO, Campus Porto Velho Zona Norte, phmargalho@gmail.com.br



1 INTRODUÇÃO

O presente relato aborda a realidade educacional de alunos da Ilha de Caratateua, que enfrentam múltiplas barreiras para acessar o ensino técnico profissionalizante. A ausência de cursos diversificados na região obriga os estudantes a se deslocarem até o centro de Belém, arcando com custos elevados. O objetivo deste trabalho é compreender como essas dificuldades impactam o rendimento escolar e propor alternativas pedagógicas que promovam inclusão e equidade.

1.1 Fundamentação teórica

A prática docente exige sensibilidade e adaptação às realidades dos alunos. O construtivismo de Jean Piaget (1896–1980) orienta a valorização dos saberes prévios dos estudantes, especialmente adultos, que trazem experiências significativas para o processo de aprendizagem. Paulo Freire também é referência, ao defender uma educação libertadora, centrada no diálogo e na valorização da cultura popular.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com entrevistas aplicadas a vinte alunos de quatro instituições diferentes. Os participantes foram divididos por sexo e faixa etária, e responderam a cinco perguntas discursivas sobre suas experiências educacionais. As entrevistas foram guiadas por cinco perguntas norteadoras: (1) Quais dificuldades você enfrenta para frequentar o curso técnico? (2) Como avalia a qualidade do ensino básico que recebeu? (3) De que forma os custos de transporte e materiais impactam sua permanência nos estudos? (4) Qual é sua principal motivação para continuar estudando? (5) Que mudanças você considera necessárias para melhorar o ensino técnico na sua realidade? Por se tratar de um relato de experiência sem coleta de dados sensíveis, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução CNS nº 510/2016.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados revelam que 90% dos entrevistados estão insatisfeitos com o ensino básico recebido. Todos apontam dificuldades de transporte e custos para estudar fora da comunidade.



Apenas 15% possuem emprego formal, e a maioria vive de trabalhos informais ou programas sociais. A motivação para continuar os estudos está ligada ao desejo de ascensão social e à busca por melhores condições de vida.

Gráfico 01. ilustra a distribuição dos entrevistados por gênero e faixa etária.

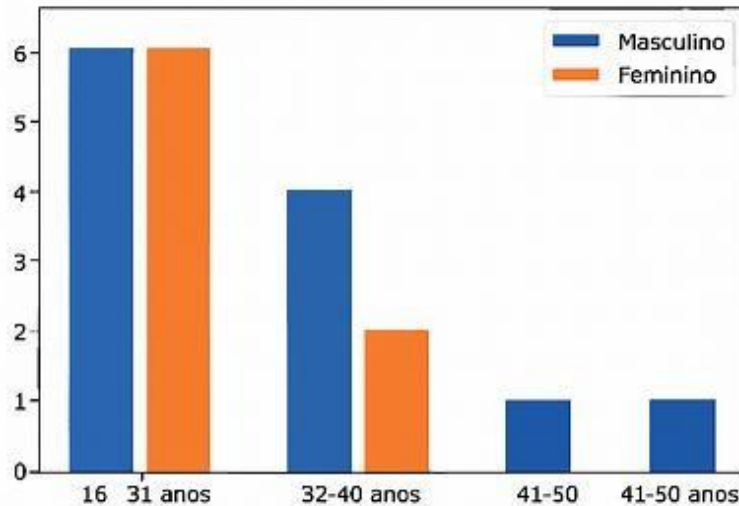


Figura 1. Distribuição dos entrevistados por gênero e faixa etária Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa realizada.

A análise evidencia que o ensino técnico profissionalizante necessita, com urgência, incorporar em sua estrutura curricular uma abordagem que reconheça e valorize a trajetória singular dos alunos oriundos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA/EJAI). Esses estudantes, em sua maioria, enfrentam lacunas formativas significativas, decorrentes de processos educacionais interrompidos, contextos de vulnerabilidade social e da ausência de políticas públicas eficazes que assegurem o direito à educação ao longo da vida.

A proposta de incluir conteúdos básicos — como letramento, raciocínio lógico, cidadania e cultura digital — no currículo técnico não deve ser interpretada como um retrocesso, mas sim como uma estratégia pedagógica voltada à reparação e ao fortalecimento da aprendizagem. Essa integração curricular pode atuar como um mecanismo de nivelamento e inclusão, promovendo não apenas a qualificação profissional, mas também o desenvolvimento de competências essenciais para o exercício pleno da cidadania.



Ao considerar as especificidades dos alunos da EJA/EJAI, o ensino técnico se alinha aos princípios da educação emancipadora defendidos por Paulo Freire, que propõe uma pedagogia centrada no diálogo, na escuta ativa e na valorização dos saberes populares. Reconhecer esses sujeitos como portadores de experiências ricas — e não apenas como carentes de conteúdo formal — é fundamental para que tais vivências sejam mobilizadas como ponto de partida na construção do conhecimento técnico. Assim, a reformulação curricular com a inclusão de conteúdos básicos representa uma resposta concreta às desigualdades educacionais históricas e uma oportunidade de tornar o ensino técnico mais acessível, equitativo e transformador. Essa medida pode contribuir significativamente para a redução do analfabetismo funcional, ampliar a inserção desses estudantes no mercado de trabalho e fortalecer sua autoestima e protagonismo social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade enfrentada pelos alunos oriundos de regiões periféricas exige atenção prioritária das políticas públicas educacionais, especialmente no que se refere à oferta de ensino técnico profissionalizante. Trata-se de uma população historicamente marginalizada, cujas trajetórias escolares são frequentemente marcadas por interrupções, precariedade estrutural e ausência de suporte pedagógico adequado. Nesse contexto, o ensino técnico profissionalizante desponta não apenas como alternativa formativa, mas como um potente instrumento de transformação social, capaz de promover mobilidade econômica, autonomia e cidadania.

Para que essa modalidade cumpra seu papel emancipador, é imprescindível que seja sensível às especificidades dos estudantes, sobretudo aqueles vinculados à Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). A inclusão de disciplinas básicas no currículo técnico — como Língua Portuguesa, Matemática e noções de cidadania — pode contribuir para mitigar os efeitos do analfabetismo funcional, ainda presente em grande parte desse público, além de garantir condições mínimas para a apropriação dos conteúdos técnicos.

Ademais, torna-se necessário repensar a estrutura curricular de forma integrada e contextualizada, considerando os saberes prévios dos alunos, suas vivências e os desafios enfrentados fora do ambiente escolar.



Como proposta de continuidade, sugere-se a implementação de um projeto piloto com currículo híbrido e modular, voltado especificamente para estudantes da EJA e EJAII, que articule formação técnica com reforço dos conteúdos básicos, oficinas de letramento digital e acompanhamento psicopedagógico.

Tal iniciativa poderia servir como modelo replicável em outras comunidades vulneráveis, contribuindo para a construção de uma educação mais equitativa, inclusiva e verdadeiramente transformadora.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.

NBR 6023: informação e documentação; referências; elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. NBR 10520: informação e documentação; citações em documentos; apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Diário Oficial da União, seção 1, p. 27933. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 25 jan. 2026.

CORRÊA, A. K.; CLAPIS, M. J.; MORAES, M. H. S. Perfis profissionais de cursos técnicos em saúde: mercado, SUS e formação humana.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/hpYXy6qKHjkk5XdYx5z8GYQ/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o trabalho Científico: explicação das normas da ABNT. 16. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2013.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2011.



PIRES, A. L. P. A educação de adultos: um novo desafio organizacional na rede pública. Disponível em: <https://1library.org/document/ydje17gy-a-educacao-adultosnovo-desafio-organizacional-escolapublica.html>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale.

SCACCHETTI, F. A. P.; OLIVEIRA, K. L. M. Estratégias de aprendizagem no ensino técnico profissional. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/QfZW7PxZzNthYZ7VyrLDzyQ/?lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PIAGET, Jean. Biologia e conhecimento: ensaio sobre as relações entre o orgânico e o psicológico. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/00000> (lume.ufrhs.br in Bing). Acesso em: 28 mar. 2026.